

Escravização negra pelo olhar de Maria Firmina dos Reis no romance *Úrsula*

Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho ¹

RESUMO

Este estudo analisa o romance *Úrsula* (1859), da escritora Maria Firmina dos Reis a partir do tema da escravização negra, com destaque para as relações entre senhores e sujeitos escravizados, compreendendo a abordagem que se faz desta temática no romance, situando a narrativa no contexto histórico apresentado pela autora. Analisa-se a narrativa partindo da premissa de que Maria Firmina dos Reis transmite por meio do romance uma perspectiva sobre a sociedade oitocentista, assim como manifesta posição antiescravista em sua obra. Para fundamentar a pesquisa, utilizam-se, sobretudo, os estudos de Duarte (2004; 2014), Mott (1988), Chalhoub (2003; 2011) e Silva (2013). Argumenta-se que, em *Úrsula*, a escritora manifesta a apreensão do contexto histórico-social em que está inserida e procura, a partir disso, promover a denúncia contra alguns dos princípios que regem a instituição escravista. .

Palavras-Chave: Maria Firmina dos Reis: romance. Escravização negra no Brasil. Relação senhor/escravizado.

1 INTRODUÇÃO

Úrsula, obra escrita por Maria Firmina dos Reis, é um romance publicado em 1859, que circulou no meio maranhense a partir do ano de 1860, momento que antecede algumas leis importantes que precederam a Lei Áurea, de 1888, que revogou o sistema que regia a escravidão no Brasil. A obra de Maria Firmina dos Reis, de aspecto folhetinesco e ligada ao movimento romântico nacional, contém diversos trechos e declarações de cunho antiescravista, algo, segundo Duarte (2014), incomum nos escritos literários do período, o que tem fornecido à crítica literária atual diversos questionamentos acerca deste romance e sua autora, em especial, no que se refere ao ponto de vista presente na obra em defesa dos sujeitos escravizados.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 1822, em São Luís, mas viveu boa parte de sua vida na região de Guimarães, onde atuou como professora de primeiras letras e produziu grande parte dos seus escritos, publicados em jornais maranhenses. Entre registros em verso e em prosa, o seu trabalho mais conhecido é o romance *Úrsula*, com história romântica e permeado pela crítica ao sistema patriarcal e à instituição escravista, tendo no personagem negro o difusor de uma posição antiescravagista assumida no decorrer da narrativa. A escritora segue uma linha que vinha sendo traçada pelo menos desde a década de 1840, a partir dos trabalhos e atuação de Nísia Floresta, apontada por Mott (1988) como

¹ Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí. E-mail: jessi.catharine@hotmail.com

uma precursora da participação política feminina no Brasil, deixando vários escritos em que expunha posição favorável a emancipação dos escravizados, como o conto “Páginas de uma vida obscura”, publicado em 1857.

Na Província do Maranhão, a população de sujeitos escravizados era, conforme Silva (2013, p. 40), uma das maiores das regiões Norte e Nordeste, mesmo ocorrendo constantemente o tráfico interprovincial. Possuir escravizados era uma prova de distinção social e, por esse motivo, o grande contingente de cativos na província, cerca de trinta mil, foi mantido até às vésperas da abolição.

Tomando como mote para o estudo a crítica antiescravagista manifestada no romance e a apreensão do contexto da sociedade patriarcal na Província do Maranhão pela escritora, nesta proposta buscamos abordar o tema da escravidão negra, problematizando a questão das relações entre senhores e sujeitos escravizados, bem como a abordagem que se faz desta temática em *Úrsula*, a partir das personagens Susana, Túlio, Fernando P..., Paulo B... e pai de Tancredo.

2 *ÚRSULA* E A CRÍTICA À SOCIEDADE PATRIARCAL

Maria Firmina dos Reis, ao escrever o romance *Úrsula*, aparece como a primeira escritora de romance de cunho antiescravista no Brasil, e por meio dessa obra a escritora entra para o âmbito das letras, no qual permaneceria por meio de publicação de textos em jornais maranhenses. Nesse romance, a autora, inicialmente, omite o seu nome, apresentando-se com o pseudônimo “Uma maranhense”, estratégia comum entre as mulheres escritoras do período. Conforme Duarte (2004, p. 279),

Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis desconstrói uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afrodescendentes. *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, [...], mas é também o primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afrodescendente, que tematiza o assunto do negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em discutir a condição dos negros no Brasil [...]. O romance *Úrsula* vem inaugurar, em nossas letras, o momento em que remanescentes escravos tomam, com as suas mãos, o sonho de, através da literatura, construir um país sem opressão.

Desse modo, relacionando o romance *Úrsula* aos estudos de literatura afro-brasileira, empreendemos uma perspectiva de análise desse primeiro romance com a temática afrodescendente no país. Ao trabalharmos essa questão, destacamos o ponto de vista utilizado pela escritora maranhense, assim, as análises estarão fundamentadas nos critérios que caracterizam a literatura afro-brasileira, concebidos por Duarte (2014), em que o autor apresenta cinco constantes discursivas para classificar os textos identificados com este tipo de literatura. São eles: a temática, a autoria, o ponto de vista, a linguagem e o público. O ponto de vista determinaria de que forma o sujeito de enunciação estaria incluído nos textos, caracterizando um autor que se quer negro e compartilha “[...] uma perspectiva identificada à história, à cultura, logo, à toda problemática inerente à vida e às condições de existência desse importante segmento da população [...]” (DUARTE, 2014, p. 391).

Adentrando um pouco mais no romance, a narrativa é dividida em prólogo, vinte capítulos e epílogo, contando a dramática história de amor entre a menina *Úrsula*, protagonista da trama, e Tancredo. O antagonista da obra é Fernando P..., um cruel senhor e tio de *Úrsula*, que se apaixona pela

própria sobrinha, perseguindo-a no decorrer da narrativa, formando o conflito da história, encadeado por esse triângulo amoroso. Como pano de fundo da obra destacamos a presença de dois importantes personagens, Túlio e Susana, sujeitos escravizados que trabalham na fazenda de Luísa B., mãe de Úrsula, mas já foram propriedade de Fernando, que mesmo não sendo mais o senhor desses indivíduos promove atitudes de crueldade e busca a todo momento inferiorizar esses dois sujeitos. No entanto, Túlio e Susana se mostram conscientes de sua situação como escravizados, manifestando um pensamento crítico e atitudes de resistência contra a instituição escravista.

Em relação à crítica ao romance, encontramos no *Jornal do Comércio* uma opinião favorável à obra, além de algumas críticas em relação ao estilo da escritora. Algumas dessas críticas demonstram o preconceito em relação à escrita feminina, bem como o reconhecimento da pouca instrução relegada às mulheres no período:

[...] Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento muito desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. (OBRA NOVA, 1860, p. 4).

Neste trecho cita-se a temática antiescravista empregada pela escritora ao colocar o escravizado como um personagem importante na narrativa, destacando a abordagem ainda acanhada em relação ao tema, afinal, no ano da publicação, pouco se debatia sobre a condição do escravizado de maneira a condenar a instituição, como o faz Maria Firmina dos Reis no decorrer do romance, justificando-se a abordagem desses personagens em um plano secundário da narrativa, destacando-se no decorrer do texto o romance entre Úrsula e Tancredo.

As características que mais se destacam na crítica atual correspondem ao caráter subversivo presente na obra e à abordagem de temáticas ainda pouco desenvolvidas nos romances publicados no período, especialmente, em relação ao papel das mulheres e à posição do sujeito escravizado na sociedade patriarcal na sua relação com os senhores.

Nesse sentido, a autora compõe a obra a partir de determinado ponto de vista, audacioso para o período, destacando-se por trabalhar uma temática folhetinesca, facilmente aceita pelo público leitor, e abordando um contexto de opressão de maneira comprometida, revelando posição antiescravagista em meio ao auge da instituição no país, manifestada através da forma de construção e apresentação dos personagens negros:

Com rigor, o romance da maranhense assume a diferença num papel fraturante, rompendo com uma literatura, onde o escravo, desprovido de humanidade, inexistente como sujeito, apenas se limitava a cumprir as ordens de um senhor pintado, ao mesmo tempo, como autoritário e generoso. (ABREU, 2013, p. 121).

Tratando de algumas temáticas presentes na obra, já no primeiro parágrafo do prólogo, a autora se coloca em lugar humilde e maternal. É no prólogo que Maria Firmina dos Reis se apresenta, por um lado, como possuidora de uma educação acanhada, induzindo, desse modo, que nada havia no livro

que fosse contra os princípios sociais e morais vigentes no período, além disso, busca sensibilizar o leitor, colocando-se em posição maternal frente à obra que compôs: “Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume [...]” (REIS, 2004, p. 13). A partir da análise do prólogo, Duarte afirma que “Maria Firmina dos Reis aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira e que tinham no escravo e na mulher suas principais vítimas [...]” (DUARTE, 2004, p. 268).

A crítica iniciada nessa parte do livro prossegue na narrativa, em que surgem denúncias em relação ao papel relegado aos negros na sociedade patriarcal. Um mote utilizado nesta pesquisa para alcançar a complexidade do romance e compreender de que forma se retratam as relações sociais da sociedade oitocentista na narrativa.

No primeiro capítulo do romance, intitulado “Duas almas generosas”, é narrado o encontro entre Túlio e Tancredo. O primeiro é caracterizado como um jovem negro virtuoso, enquanto Tancredo, é fraco e decrépito, resta aguardar que os sofrimentos físicos e psicológicos terminem com a sua vida. No entanto, Túlio o salva, entrelaçando-se a história dos dois homens. Ao narrar a condição de Túlio, Maria Firmina dos Reis, na voz da narradora, critica a instituição escravocrata, enaltecendo a bondade de Túlio:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (REIS, 2004, p. 23).

Desse modo, a personagem é apresentada como sujeito virtuoso, e a escravização como um sistema odioso. Túlio era escravizado em uma terra estranha, refletindo o preconceito que girava em torno do sujeito negro, bem como os horrores a que esses sujeitos eram obrigados a enfrentar. Túlio e Tancredo se identificam pelo caráter virtuoso, assim como pela visão compartilhada contra a instituição escravista. Como forma de agradecimento a Túlio, o mancebo o liberta, demonstrando um sentimento generoso muito diverso do de seu pai, como será demonstrado adiante.

3 CONTEXTO DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NO BRASIL

O romance de Maria Firmina dos Reis pode ser trabalhado de diversas formas, dentre elas, pode-se destacar o olhar sobre a sociedade de seu tempo e a perspectiva de análise utilizada pela escritora para a construção dos seus personagens, determinando a apreensão de uma realidade circundante e exteriorizando a crueldade dos senhores, bem como o lugar que eles assumiam em meio à sociedade patriarcal. Desse modo, a obra da escritora maranhense não se desvincula do seu contexto, ao contrário, a autora se posiciona política e socialmente em relação à instituição escravista e a algumas características dessa sociedade, assim, o que temos em *Úrsula* é que: “[...] literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam.” (PESAVENTO, 2006, s.p).

Tomando isso como pressuposto, podemos analisar o momento histórico expresso pela escritora no romance, reconhecendo a validade da construção fictícia criada por Maria Firmina dos Reis como uma forma de interpretação da sociedade do seu tempo.

No Maranhão, a imprensa do período, da qual Maria Firmina dos Reis também fazia parte, era adepta às discussões que envolviam a condição dos escravizados, manifestando, em parte, posição favorável à emancipação dos sujeitos negros que estavam sob o sistema. Em folheto comemorativo dos sessenta anos do jornalismo maranhense, publicado em 1883, destaca-se em um dos capítulos o apelo abolicionista na província, demonstrando a posição de parte da população que estimava a instituição escravista argumentando que ela era boa para o sujeito escravizado. Além disso, retoma uma discussão há muito iniciada em relação ao progresso econômico e elevação moral do país, ameaçada pela manutenção do sistema escravocrata (SERRA, 1883, p. 148-153).

Porém, é necessário salientar que nas décadas que precederam as discussões mais acaloradas em relação à abolição, nota-se na imprensa maranhense alguma preocupação em relação ao futuro das lavouras na segunda metade do século XIX, afinal, com a diminuição ou eliminação da mão-de-obra escrava, a produção agrícola sofreria as consequências, agravadas pelo constante crescimento da produção de café no Sudeste brasileiro, o que motivou a saída de muitos escravizados da Província do Maranhão rumo ao Sudeste por meio do tráfico interprovincial (SILVA, 2013, p. 76-77).

A escravização na Província do Maranhão teve início por volta de 1775 por meio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal. O sistema foi importante para manter aquela localidade como uma das cinco mais produtivas do país no que concerne a produção de arroz e algodão, ativando a potencialidade econômica da província e colocando-a no meio comercial brasileiro no século XIX. Essas e outras conquistas são frutos do trabalho escravo; milhares de negros africanos eram trazidos pela Companhia para trabalhar nas lavouras, tornando-se um importante meio para promover o crescimento econômico da província e proporcionar lucros aos senhores de escravos nesse período (SILVA, 2013, p. 17-18).

São Luís, capital da província, passou por um processo inicial de urbanização entre as décadas de 1860 e 1880, desse modo, o trabalho dos sujeitos escravizados era considerado uma forma de alcançar o almejado poderio econômico por meio da produção agrícola. No entanto, havia graves tensões sociais nessa época, “este era um momento de crise do sistema escravocrata e de decadência econômica da Província” (DINIZ, 2005, p. 127), o que desestabilizava a busca por este desenvolvimento, apesar da cidade apresentar ares de prosperidade, mas envoltos pelas tensões sociais que aumentavam constantemente. Nesse período, fortaleceram-se em todo o país os movimentos pró-abolição, como também os argumentos que indicavam a instituição escravista como um meio pouco proveitoso para se alcançar conquistas econômicas.

Adentrando no período histórico vivenciado pela romancista, na década de 1850, a instituição escravista em âmbito nacional ainda aparecia de maneira prodigiosa, no entanto, com os movimentos a favor da abolição em outros países e consequente emancipação dos escravizados em boa parte do mundo ocidental, na década de 1860, o Brasil passou a ser o único Estado que ainda conservava o sistema. Verdade era que, segundo Chalhoub, muitos eram contra a escravidão, mas poucos eram os que se moviam para lutar pela causa abolicionista ou viver sem os benefícios do sistema (CHALHOUB, 2003, p. 141).

Ainda conforme Chalhoub, o clima abolicionista se tornou mais notável na década de 1870, quando se desenvolve a crise do sistema escravocrata, já próximo da aprovação da Lei do Ventre Livre, que dava visibilidade às conquistas alcançadas pelos escravizados e movimentos pró-abolição, difundindo-se o reconhecimento do enfraquecimento da instituição escravista no país. Mostras dessa falência já eram sentidas em meados da década de 1860, mesmo nesse período, a escravidão já não trazia tantas contribuições para o progresso moral e econômico do país, pois “[...] o Brasil tornara-se o último baluarte da escravidão no mundo ocidental [...]” (CHALHOUB, 2003, p. 141).

A discussão acerca da emancipação dos sujeitos escravizados, desse modo, engatinha por décadas, faltando-lhe indivíduos que corroborem com suas ideias e lutem a favor delas com maior empenho. Em famoso texto de José Bonifácio de Andrade e Silva à Assembleia Constituinte de 1823, que não chegou a ser discutido em virtude de ter sido dissolvida por Dom Pedro I precocemente, o autor faz uma análise da escravidão e denuncia a instituição, promovendo uma ferrenha crítica ao sistema que atrasava o desenvolvimento do Brasil, assim, ousa propor a abolição gradual dos escravizados, indo contra os interesses dos escravocratas e destacando uma das minorias do país. Uma das principais críticas do documento se concentra naquilo que o autor chama de “escravidão perpétua”, no qual o senhor teria direito a toda a descendência do escravizado, perpetuando a barbaridade iniciada com o tráfico do negro africano para o Brasil. No entanto, essas ideias não agradavam a muitos senhores, feridos em seu ego por esse enfrentamento à sua moral patriarcal no interior de suas fazendas, e atingidos no que concerne o seu direito de propriedade sobre os escravizados.

Assim, o foco das campanhas em favor da abolição até 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, era a libertação dos filhos dos escravizados. Após esse momento, os movimentos pró-abolição ganham mais destaque, a emancipação se torna iminente e a atitude de libertação dos negros, mais do que piedade ou adesão à causa, torna-se um acontecimento de legitimação da vontade do senhor, mesmo que “[...] complexa para os contemporâneos, envolvendo tanto questões de consciência individual quanto percepções e avaliações críticas da sociedade da qual participavam [...]” (CHALHOUB, 2011, p. 120). Dessa forma, muitos senhores libertavam os cativos como forma de altear uma bandeira que refletia, em grande parte, apenas interesse e consciência em relação ao crescimento das campanhas abolicionistas, bem como a falência do sistema no país, longe de pretender melhorar as condições de vida dos sujeitos escravizados ou alforriados.

Mott relata a situação de homens e mulheres que conseguiam comprar sua alforria, ou que eram libertados por algum motivo pelos senhores, em geral devido ao falecimento do senhor ou por prestação de bons serviços dos escravizados. Maria Firmina dos Reis afirma que, após conseguida a alforria, a situação nem sempre era favorável, muitas vezes não restava outro caminho a não ser continuar submetendo-se à escravidão (MOTT, 1988, p. 36-37).

Mott investiga e expõe de que modo os negros eram socialmente vistos no Brasil, destacando que mesmo as pessoas ditas abolicionistas fomentavam características negativas que seriam inerentes ao sujeito negro, como a preguiça, o desleixo, a falta de higiene, a pouca moral e seu comportamento e condição que influenciavam negativamente a família, como se o negro fosse embutido de uma impureza inata que fazia aflorar nas famílias sentimentos e atitudes negativas. Entre outras afirmações, a autora destaca a estratégia de coisificação do sujeito negro, reafirmada de diversos modos, inclusive

através dos anúncios em jornais que informavam sobre a venda ou fuga dos escravizados. Como no exemplo a seguir, extraído de um jornal maranhense:

- Lúcio Rodrigues Pinto, vende um preto de idade de vinte anos próprio de serviço de roça ou outro qualquer.
- Francisco Rodrigues de Macedo, na praia pequena vende um escravo cozinheiro já idoso.
- ANTONIO JOZE MAIA, vende um preto oficial de pedreiro, moço, sadio e boa figura. (VENDE-SE, 1851, p. 4).

Através da análise dos trechos em destaque, nota-se que o sujeito escravizado, nesse caso, na Província do Maranhão, era visto e tratado socialmente apenas como ferramenta de trabalho, seja para serviços domésticos ou na agricultura. Enfatiza-se nos anúncios a aparência dos indivíduos que eram vendidos ou alugados, bem como seus costumes, se bons ou maus segundo critérios de julgamentos dos senhores, que já nesse período temiam atitudes de insubordinação dos escravizados.

Há também anúncios de aluguel de amas de leite: “– José Cândido Nunes Belfort & Irando – tem para alugar um AMA de leite com cria, sadia e de bons costumes [...]” (ATENÇÃO, 1858, p. 4). O destaque aos “bons costumes” da escravizada se torna ainda mais importante, na medida em que, segundo Mott, até mesmo a ciência médica do período indicava que as mulheres negras poderiam, como forma de resistência, ingerir alimentos que trariam malefícios aos filhos das senhoras, sendo recomendável que as próprias mães amamentassem seus filhos. Desse modo, o aluguel ou compra dessas mulheres não levava em consideração os sofrimentos e a dor da separação de seus próprios filhos, sendo o comércio das amas de leite um negócio lucrativo para muitos senhores.

Mott cita, ainda, algumas atitudes de insubordinação ou resistência praticadas pelos escravizados, não se limitando à fuga, comum nesse período, ocorrendo muitos casos de sabotagens nas fazendas, ingestão de alimentos e bebidas preparadas para provocar efeitos exteriores que simulavam doenças, assim como atitudes radicais, como o aborto, o suicídio, ou mesmo assassinatos contra os senhores.

Tais atitudes visavam subverter a ordem vigente, está pautada no que Sidney Chalhoub define como ideologia senhorial, uma ilusão criada pelos senhores e que tinha como um dos pressupostos basilares a inviolabilidade da vontade do senhor, bem como a relação de dependência do escravizado e outros agregados do núcleo familiar. Nesse contexto, a escravidão era aos olhos dessa ideologia “[...] a situação de máxima dependência nessa sociedade em que o centro da política de domínio é a produção de dependentes [...]” (CHALHOUB, 2003, p. 28). Outra característica dessa sociedade paternalista é a visão dos sujeitos escravizados como possuidores do mesmo valor de objetos de propriedade do senhor.

A figura do senhor era, então, o cerne da organização social no período, sendo a partir de sua posição que os demais níveis sociais deveriam se estruturar. Para os sujeitos escravizados, excetuando-se as formas de resistência, a sua esperança de liberdade estava nas mãos dos senhores, o que demonstrava a política de domínio almejada no interior das fazendas para a manutenção da escravidão no país. No entanto, as atitudes de resistência e frequente contestação dessa ordem senhorial tornam mais complexas as questões referentes às relações entre senhor e escravizado, bem como demonstram a luta dos sujeitos escravizados em favor da emancipação.

3 AS RELAÇÕES ENTRE SENHOR E ESCRAVIZADO ATRAVÉS DE ÚRSULA

Em relação às atitudes dos senhores de escravos, na obra de Maria Firmina dos Reis, encontramos a figura de três senhores: Fernando P..., tio de Úrsula, Paulo B..., esposo de Luísa B..., e o pai de Tancredo, que não possui um nome na narrativa, sendo apresentado apenas através de suas características e comportamento severo. Esses três personagens retratam a concepção empregada pela autora em relação ao pretensão de direito de propriedade desses indivíduos sobre os escravizados, destacando a crueldade desses sujeitos em oposição ao caráter bondoso dos negros que habitavam suas fazendas, invertendo-se, assim, a noção que colocava o senhor no grau máximo da sociedade oitocentista e grande benfeitor frente aos outros indivíduos que compunham esse meio.

Retornando ao conceito de Chalhoub em relação à ideologia senhorial, pesa no romance de Maria Firmina dos Reis o fato dessa vontade dos senhores ter sido diversas vezes contrariada no decorrer da narrativa, apesar de permanecer o domínio desses indivíduos sobre os sujeitos que estavam sob suas ordens.

O primeiro deles, Fernando P..., aparece na narrativa como o mais cruel dos senhores, tendo em sua fazenda diversos cativos que não passavam de meras sombras torturadas e vítimas dos mandos do senhor. A personagem Susana, ao lembrar os momentos em que esteve subordinada a Fernando P..., esclarece ao leitor as perversidades cometidas contra os escravizados e denuncia os castigos recebidos:

O comendador P... derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. (REIS, 2004, p. 118).

Predominava, dessa forma, a ideia de superioridade dos senhores sobre os cativos, assim como fora da ficção se investia na manutenção da vontade do senhor. No entanto, há também atitudes de enfrentamento na relação entre senhor e escravizado. O personagem Túlio, no capítulo 17 da narrativa, reconhece um novo aspecto de sua vida após alforriado: o de não se submeter ao antigo senhor. Exemplo disso ocorre quando o rapaz enfrenta Fernando P..., procurando dissimular suas atitudes diante do ódio do antigo senhor, que o acusava de proteger o casal Úrsula e Tancredo, proporcionando a fuga dos dois da perseguição de Fernando P..., pois o senhor os perseguia para raptar Úrsula a fim de desposá-la:

– Queres tu servir-me? – perguntou o comendador com um tom seco e breve.
Túlio conheceu que estava perdido; mas recobrando toda a sua energia, como sucede sempre ao homem nos lances apertados da existência, respondeu sem hesitar:
– Dizei, meu senhor, o que determinais ao vosso escravo?
– Dize-me, onde está Tancredo?
Como se fora um ferro em brasa, esse nome pareceu requeimar-lhe os lábios, que tingiram-se de uma cor lívida, e tremeram convulsos.
– Creio que está em sua casa – redarguiu o negro sem perturbar-se.
– Mentos! Girou-lhe o comendador devorando-o com horrível olhar – Mentos!... Parvos! Julgam que o meu ódio os não segue como as suas próprias sombras!
[...]
– Covarde! – bradou Túlio, esquecendo a pessoa com quem falava, e quanto essa palavra in-

sultuosa o podia perder – matai-me muito embora, estou em vosso poder; mas não me insulteis! Não, nunca espereis que proteja o assassino, mormente contra aquele que me arrancou da escravidão! (REIS, 2004, p. 203-204).

Nesta passagem, Túlio demonstra não se submeter aos mandos do antigo senhor, utilizando-se, primeiramente, da oportunidade que lhe surgia de dissimular suas atitudes, fazendo com que Fernando P... acreditasse que a sua vontade estaria sendo cumprida, colocando-se na condição inferior determinada a ele na cadeia da escravidão. No entanto, ao reconhecer um dos benefícios da liberdade que lhe foi concedida por Tancredo, enfrenta o senhor, mesmo sabendo que sofreria sanções pelo ato, afinal, mesmo livre, a visão que se compartilhava socialmente era que continuaria submisso ou inferior ao sujeito branco. Mas sua atitude, ao confrontar-se diretamente com o comendador, expressa a consciência do indivíduo escravizado, diminuindo a influência do senhor sobre o seu comportamento.

Conforme Chalhoub, a política de domínio era algo continuado e não apenas sobre os indivíduos escravizados, mas também sobre as mulheres, que igualmente eram tratadas como posse do senhor, o que corroborava para desenvolver ainda mais essa ilusão senhorial de domínio sobre os demais indivíduos. A visão de mundo compartilhada entre os senhores detentores desse poderio, desse modo, apenas refletia as suas vontades, o mundo seria a expansão de suas veleidades e decisões, o que, conforme Chalhoub, não passava de uma ilusão (CHALHOUB, 2003, p. 26).

Paulo B. continuava a política de domínio iniciada por Fernando sobre a mãe de Úrsula e os escravizados que herdou após o casamento com Luísa B..., irmã de Fernando P.... A narração das atitudes tomadas por esses dois personagens demonstra a relação desigual que regia a sociedade, estando o senhor em posição hegemônica frente aos demais indivíduos. Paulo B. também maltratava os negros, sendo descrito como bárbaro e cruel. A personagem Susana, ao falar sobre o antigo senhor, relembra:

Pouco depois casou-se a senhora Luisa B... e ainda a mesma sorte: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor.
E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultava vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus! [...]. (REIS, 2004, p. 118).

Assim, novamente se encontra a figura de um senhor cruel e uma relação de hegemonia que separava o senhor do sujeito escravizado, cabendo ao último apenas submeter-se ao tratamento cruel que lhe era imposto. Paulo B., no entanto, é assassinado por Fernando P..., deixando a posse de Túlio e Susana para a mãe de Úrsula, que tratava os dois com bondade e generosidade.

O terceiro senhor, o pai de Tancredo, é apresentado como o chefe da família, em que a sua voz fosse ecoada dentro da casa como aquela detentora do poder sobre os demais indivíduos. Assim, “[...] a vontade do chefe de família, do senhor proprietário, é inviolável, e é essa vontade que se organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam [...]” (CHALHOUB, 2003, p. 20). No entanto, o caso do pai de Tancredo é mais complexo do que os dos outros dois personagens, dado que, em determinado momento da narrativa, sua hegemonia é repelida pelo próprio filho, o qual deveria manter a continuidade da dominação, contudo, este promove a reflexão acerca dos limites da vontade senhorial.

Em passagens em que Tancredo recorda seu passado com a família, a personagem destaca o poderio do seu progenitor, recordando os sofrimentos da mãe, as imposições do pai e a decepção e sofrimento frutos das ordens desmedidas e mentiras de seu pai. Assim, Tancredo faz parte do rol de personagens que promovem a denúncia a aspectos da sociedade patriarcal, assim como o fazem Túlio e Susana. Tancredo aparece como uma espécie de esperança, sendo branco e membro da sociedade do período, identifica-se com alguns de seus possíveis leitores e como o sujeito que Maria Firmina dos Reis pretende construir para transformar o meio em que está inserida. Conforme Oliveira (2007, p. 90), o fato da escritora desenvolver dessa forma esse personagem denota também uma preocupação no que tange a verossimilhança da obra, afinal, caso o personagem fosse negro ou representado por uma mulher, as limitações impostas às vozes desses sujeitos poderiam não estar de acordo com as atitudes de confronto ao senhor realizadas por Tancredo.

Adequando-se ao momento histórico, Maria Firmina dos Reis coloca para esse personagem a atitude de enfrentamento. No capítulo 4 do romance, o rapaz, recordando um acontecimento, externa o sentimento de aversão que nutria pelo pai em oposição ao amor que sentia por sua mãe, reconhecendo a posição relegada a ela na família, de prudência e resignação, destacando que não estava de acordo com as atitudes tomadas por seu pai:

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher, e ela, triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura. (REIS, 2004, p. 59-60).

Tancredo mostra repelir o comportamento do progenitor, ao mesmo tempo em que nega esse caráter de continuidade da visão de mundo dominante entre os chefes da família patriarcal. Conforme Chalhoub, o filho seria o principal interessado em cumprir as imposições paternas a partir de um comportamento de submissão às suas determinações, afinal, seria ele o herdeiro e detentor do “poder de exercício da vontade senhorial” (CHALHOUB, 2003, p. 22) após a morte do pai, bem como a posse sobre os bens materiais, as mulheres e os negros que antes estavam sob domínio do pai/senhor.

Tancredo, no entanto, enfrenta seu pai após descobrir a morte da mãe, que sempre defendia, mesmo que por determinação social, as atitudes do pai de Tancredo, enfatizando para que o filho não o desobedecesse. Todavia, após a descoberta, Tancredo externa todo o sentimento que nutria pelo pai, rompendo com essa vontade paterna e demonstrando para ele e para o leitor a ruptura desse campo de dominação exercido pelo senhor.

Campo este que não se limitava apenas ao tratamento doméstico com a mulher e os filhos, estendendo-se ao direito de propriedade detido pelo senhor sobre os sujeitos escravizados. Como mencionado anteriormente, os negros eram tratados apenas como posse dos senhores e, no período de publicação do romance, as discussões acerca da abolição ainda não estavam amplamente difundidas, desse modo, o princípio da liberdade estava ainda subjugado pelo direito daqueles que possuíam famílias mais abastadas.

Mesmo sobre as imposições do domínio senhorial, percebe-se a atitude de contestação e resistência contra as vontades do senhor e organização social estabelecida sob essas práticas de dominação, seja por meio da ação do sujeito escravizado, seja pela atitude de outros abolicionistas. No romance

de Maria Firmina dos Reis, essas relações entre senhor e escravizado são trabalhadas de maneira similar ao contexto social no qual a escritora estava inserida, de modo a externar uma posição antiescravista que marcou outras de suas produções, como o conto “A escrava”, publicado em 1887, no qual, novamente, a escritora constrói críticas ao sistema escravista no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No romance *Úrsula*, a construção positiva das personagens negras está presente em diversas passagens. A forma de apresentação da relação entre senhores e escravizados, bem como o enaltecimento do caráter virtuoso dos sujeitos negros reforça o discurso antiescravista da obra e a posição defendida pela escritora, procurando tocar os leitores da sociedade oitocentista.

O modo como a autora constrói o romance e se dedica à construção dos ambientes e personagens da narrativa demonstra a preocupação de Maria Firmina dos Reis em provocar a reflexão no leitor do século XIX, promovendo uma crítica à instituição escravista no país.

Destacando os personagens negros da narrativa, o romance da maranhense promove uma denúncia da escravidão como instituição, buscando “transformar os papéis tradicionais desempenhados pelo escravo e pelo senhor” (ABREU, 2013, p. 124), desse modo, grande parte das personagens escravizadas é construída com uma moral positiva ou atitudes que provoquem o reconhecimento da sua posição como vítimas do sistema, desconstruindo-se a imagem negativa presente na sociedade do período.

Nota-se que o romance possibilita apreender diversos princípios que regiam a sociedade maranhense a partir do comportamento dos personagens e interpretação do meio social em que a autora viveu, denunciando uma realidade fraturante que permeava a sociedade oitocentista por meio da obra literária, possibilitando o estudo do seu romance como uma fonte para compreender a organização social e alguns aspectos da Província do Maranhão daquele período.

Black enslavement through the eyes of Maria Firmina dos Reis in the novel *Úrsula*

ABSTRACT

This study analyzes the novel *Úrsula* (1859) by the writer Maria Firmina dos Reis, through the theme of black enslavement, with emphasis on the relations between slaveholder and enslaved subjects, understanding the approach of this theme in the novel, situating the narrative in the historical context presented by the author. Analyzes the narrative starting from the premise that Maria Firmina dos Reis conveys through the novel a perspective about 19th century society, as well as an anti-slavery position in her work. In order to base this research, some studies were used, mainly those of Duarte (2004, 2014), Mott (1988), Chalhoub (2003; 2011) and Silva (2013). It is argued that in *Úrsula*, the writer manifests the apprehension of the historical-social context in which she is inserted and seeks, from this, to promote the denunciation against some of the principles that govern the slave institution.

Keywords: Maria Firmina dos Reis: novel. Black enslavement in Brazil. Slaveholder/enslaved relationship.

REFERÊNCIAS

ABREU, José António Carvalho Dias de. **Os abolicionismos na prosa brasileira:** de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis. 2013. 472 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. Criminalidade e resistência escrava em São Luís (1860-1880). **Revista Outros tempos**, n. 2, 2005, p. 126-144.

DUARTE, Eduardo de Assis. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina. **Úrsula:** A escrava. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p. 265-281.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 375-400. v. 4.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta.** Natal: EDUFRN; NCCEN, 2009. p. 45-83.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência:** a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Literatura:** uma nova-velha história. **Nuevo Mundo**, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso: 3 fev. 2015.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula;** A escrava Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p. 265-281.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão:** Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2013.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

VENDE-SE. **Publicador Maranhense.** São Luís, ano 9, n. 1071, 11 fev. 1851, p. 4.

ATENÇÃO. **Jornal do Comércio.** São Luís, ano 1, n. 21, 14 ago. 1858, p. 4.

OBRA NOVA. **Jornal do Comércio**. São Luís, ano 3, n. 61, 4 ago. 1860, p. 4.

SERRA, Joaquim. **A imprensa do Maranhão: 1820-1880**. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883.

BIOGRAFIA

Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho

Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí. É integrante do Grupo de Pesquisa Americanidades: lugar, diferença, violência e do Grupo de Estudos e de Pesquisa Literatura, História e Imprensa (GEPELHI), por onde desenvolve estudos em torno das Literaturas negras brasileiras.